Departamento do Trabalho dos EUA
Constatações sobre as piores formas de trabalho infantil, Angola 2015

Angola

Em 2015, foram moderados os progressos de Angola no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo lançou um programa nacional de sensibilização sobre o trabalho infantil e registou-se um aumento no número de inspecções laborais levadas a cabo. Contudo, há crianças envolvidas no trabalho infantil em Angola, incluindo na agricultura e exploração mineira. Há lacunas no quadro jurídico para proteger as crianças contra a exploração sexual e laboral. Os órgãos de aplicação da lei carecem dos necessários recursos financeiros e humanos para aplicar as leis contra o trabalho infantil de forma eficaz. Ademais, os programas sociais não visam todos os sectores nos quais as crianças trabalham.

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, em Angola.

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Quadro jurídico	Certificar-se de que a lei proíba ocupações ou actividades perigosas para crianças em todos os sectores relevantes em Angola, incluindo no sector de extracção de diamantes.	2011 – 2015
	Certificar-se de que o quadro jurídico proteja todas as crianças contra a exploração na pornografia e espectáculos pornográficos infantis e inclua penalidades por distribuição e posse de pornografia infantil.	
	Aumentar a idade de ensino obrigatório para 14 anos, em harmonia com o Plano Nacional de Desenvolvimento e a idade mínima para trabalhar.	2009 – 2015
Fiscalização	Disponibilizar ao público informações sobre o financiamento da Inspecção-Geral, acções de formação relacionadas com nova legislação relativa ao trabalho infantil, número de inspecções laborais levadas a cabo nos locais de trabalho e documentais, número de infracções identificadas, e número de condenações.	2011 – 2015
	Reforçar o sistema de inspecção laboral aumentando a quantidade de inspectores do trabalho para garantir uma cobertura adequada da força de trabalho e assegurando a formação e recursos apropriados a todos os inspectores.	2009 – 2015
	Reforçar os órgãos de aplicação da lei assegurando que os investigadores criminais são destacados em todo o país.	2015
Políticas do governo	Ampliar os processos de registo de nascimentos e identificação para promover as matrículas escolares e oferecer serviços sociais a crianças vulneráveis.	2010 – 2015
	Integrar as estratégias de eliminação e prevenção do trabalho infantil nas políticas existentes.	2009 – 2015
	Rever e reforçar o Plano Nacional de Acção e Intervenção Contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças e garantir a sua efectiva aplicação.	2014 – 2015
Programas sociais	Desenvolver programas sociais para garantir que todas as crianças têm acesso ao ensino e não são inibidas pelas elevadas propinas ou pela falta de certidão de nascimento.	2013 – 2015
	Instituir programas que visam crianças envolvidas na exploração sexual comercial, actividades ilícitas e trabalho forçado e ampliar os actuais programas para responder à amplitude do problema do trabalho infantil.	2010 – 2015